

JOSEP SANCHEZ CERVELLO *

A INFLUÊNCIA DE ABRIL NA MUDANÇA DE REGIME EM ESPANHA

1. INTRODUÇÃO

Na realização deste trabalho baseei-me sobretudo na imprensa espanhola de 1974, pois foi nessa altura que a Revolução Portuguesa teve maior impacto na vida política espanhola.

Para este estudo apenas pude utilizar a imprensa «legal» já que os órgãos de imprensa partidária e sindical estavam proibidos e a sua consulta neste momento é quase impossível.

Em 1974, o General Franco ainda governava a Espanha, mas o regime tinha já a certeza de que não poderia sobreviver sem reformas, as quais dividiram o franquismo em dois blocos antagónicos: o «bunker» ou extrema direita e os reformistas. À margem de todos estes situavam-se os sectores liberais e de esquerda.

Foi minha intenção seleccionar a imprensa em função deste leque político. De entre as publicações ligadas ao «bunker» utilizei o semanário *Fuerza Nueva* e o jornal *Nuevo Diario*, ambos publicados em Madrid. Favoráveis ao governo eram os meios de comunicação social do Movimiento (partido único do regime franquista), dos quais estudei os diários *Arriba* de Madrid e *Diario Español* de Tarragona. De entre a imprensa conservadora consultada destacam-se os jornais madrilenos *ABC* (monárquico) e *Ya* (católico). A opinião da esquerda e dos sectores liberais era expressa nas publicações diárias do *Informaciones* de Madrid, *Ultima Hora* de Palma de Mallorca, no semanário *Triunfo* e na revista mensal *Cuadernos para el Dialogo*, ambas de Madrid. Consultei também a revista de Barcelona *Oriflama*, ligada ao nacionalismo catalão.

* Historiador.

O objectivo deste trabalho é o de demonstrar a grande influência que a Revolução Portuguesa teve na sociedade espanhola, especialmente no momento de se encontrar uma saída para a ditadura.

2. A ESPANHA ANTES DE ABRIL

A 20 de Dezembro de 1973, no centro da capital espanhola, foi assassinado o Almirante Carrero Blanco, Presidente do Governo e sucessor indicado de Franco. «Carrero era pessoa da confiança política, mas não pessoal (do Generalíssimo). Confiança que foi possível porque, ao longo dos anos de convivência com ele, havia dado provas da sua mediocridade» ⁽¹⁾. Era o representante da ala dura da ditadura e, em face da sua morte, Franco nomeia para suceder-lhe o ministro da Governação do Governo de Carrero, Carlos Arias Navarro.

O novo Governo trazia uma certa esperança para a oposição. Os ministros «tecnocratas» da Opus Dei desaparecem do governo e quase todos os seus membros são desconhecidos da opinião pública, o que alimenta uma esperança de mudança.

A 12 de Fevereiro de 1974 Arias Navarro divulga o seu programa do governo, onde promete autorizar a constituição de associações políticas e sindicais, e anuncia que a eleição dos presidentes das Câmaras Municipais e das Deputações (Instituições Provinciais) seria feita por sufrágio universal.

Este programa reformista ficaria conhecido com o nome de «espírito do 12 de Fevereiro». Os sectores democráticos aca- lentam certa esperança na construção duma sociedade pluralista, enquanto os sectores mais duros da ditadura não estão dispo- stos a consenti-lo, porque para tanto se haviam batido na «Guerra Civil».

Os limites das intenções de abertura política cedo ficaram evidenciados com a execução do militante anarquista Puig Antich, garroteado em Barcelona a 2 de Março. A execução deste jovem de 26 anos provocará uma forte onda de contes- tação à ditadura, tanto em Espanha como no estrangeiro.

Um importante eco virá a ter a atitude da Igreja que passava por momentos de distanciamento do regime, do qual tinha sido um suporte fundamental. No contexto desta atitude dos eclesiásticos terá grande difusão a homilia do Bispo de

⁽¹⁾ Grau, Federico, «Psicopatologia de un dictador. Entrevista a Castilla del Pino», *El Viejo Topo*, Extra 1, 1976, pp. 18-22.

Bilbau, Monsenhor Añoberos, pedindo o respeito pelos direitos do homem em Espanha.

Neste momento de agitação generalizada contra a ditadura franquista produziu-se um facto de importância capital para a política espanhola: a queda em Portugal da ditadura mais velha da Europa.

3. A IMPRENSA ESPANHOLA E A REVOLUÇÃO DE ABRIL

Pedro Altares, que foi director de *Cuadernos para el Dialogo*, num artigo intitulado «Yo no sabia nada», resume de forma irónica o panorama informativo que se tinha em Espanha da realidade portuguesa: «a ideia que eu tinha do outro país ibérico, adquirida na imprensa espanhola, era de um lugar paradisíaco, governado sábia e paternalmente por um maravilhoso regime político... Qual o jornal espanhol que tinha falado da férrea ditadura, da falta de liberdade, das torturas da polícia política, do desrespeito pelos direitos humanos mais elementares, de que os portugueses estivessem cheios do regime até às pontas dos cabelos?...»⁽²⁾.

No quadro do desconhecimento generalizado da realidade portuguesa a revista *Triunfo* é excepção, pois já durante o ano de 1973 publicara seis artigos sobre Portugal, na sua maioria referindo-se a notícias sobre as colónias. Já antes do 25 de Abril um artigo do subdirector da publicação, Haro Tecglen, analisa brilhantemente o Movimento dos Capitães, o impacto do livro *Portugal e o Futuro*, a destituição de Costa Gomes e Spínola e o levantamento das Caldas da Rainha. Acaba o citado artigo dizendo «a crise é profunda e todos conspiram»⁽³⁾.

Depois do 25 de Abril surge, em Espanha, um enorme interesse na opinião pública por todos os acontecimentos que ocorrem no país vizinho, tal como o reflecte a revista *Triunfo*: «pode dizer-se que desde que em 25 de Abril se operou a mudança política, Portugal foi objecto de uma minuciosa, cuidada e exacta informação por parte dos jornais espanhóis, seja qual for a ideologia pessoal e a do jornal que representam...»⁽⁴⁾. Nesse mesmo sentido é interessante o escrito de R. de Tolosa,

⁽²⁾ Altares, Pedro, «Yo no sabia nada», *Cuadernos para el Dialogo*, mayo de 1974.

⁽³⁾ Haro Tecglen, Eduardo, «Crisis profunda en Portugal», *Triunfo*, n.º 599, 23 de Marzo de 1974.

⁽⁴⁾ *Idem*, «Portugal visto desde España», *Triunfo*, n.º 610, 8 de Junio de 1974.

falando da situação espanhola, que diz: «seria estúpido negar que «o golpe» português teve impacto na vida política espanhola... Mas esclareçamos um ponto: só a nível de minorias e pessoas altamente politizadas, porque a grande maioria da colectividade nacional, indubitavelmente despolitizada, só se importa com os problemas quotidianos do seu viver comunitário, em especial com os económicos...» ⁽⁵⁾.

A grande maioria da imprensa independente e liberal surpreende-se alegremente com os acontecimentos lisboetas. Entre a montanha de artigos e reportagens que festejam o sucesso destacarei um que sintetiza este estado de espírito: «os acontecimentos do país ibérico irmão foram, para todos os que acreditamos na dignidade do homem e abjuramos todo o tipo de opressão, motivo de profunda satisfação...» ⁽⁶⁾.

Este enorme interesse e alegria são explicados pela peculiaridade da situação política em que vive a Espanha. Assim, simultaneamente, denunciava-se o regime de Salazar-Caetano e também a ditadura espanhola, claro que sem a designar, porque isso continuava vedado. Isto reflecte-se no artigo de Publio no jornal *Nuevo Diario*: «parece-me ser uma atitude pouco galharda a de quem, em vez de afirmar claramente os seus pontos de vista sobre a política espanhola, se apoia nos acontecimentos de Portugal para nos falar em código, de modo que onde dizem salazarismo querem dizer franquismo» ⁽⁷⁾.

Esta enorme curiosidade informativa de todos os sectores da sociedade espanhola sobre a realidade lusa recente fica demonstrada no enorme esforço informativo dos órgãos de comunicação espanhóis, bem como de todas as agências de notícias e jornais mais importantes, que colocaram correspondentes próprios em Lisboa desde os momentos imediatamente posteriores à Revolução e nas etapas mais decisivas do PREC. Igualmente as editoras espanholas lançam no mercado durante os anos 74 e 75 uma enorme série de livros sobre Portugal. Merecem ser destacadas as traduções para castelhano dos livros de Spínola e de M. Soares, *Portugal e o Futuro* e *Portugal Amordaçado* respectivamente, a seguir ao 25 de Abril.

Neste mesmo sentido o jornal *Arriba*, órgão do Movimiento, publicou no dia 25 às 24 horas uma edição especial de 32 páginas com uma ampla informação sobre os acontecimentos por-

⁽⁵⁾ Tolosa, Ramón, «Crónica nacional: Portugal», *Fuerza Nueva*, n.º 385, 25 de Mayo de 1974, p. 6.

⁽⁶⁾ Editorial, «Que duri, nois», *Oriflama*, n.º 142, Junio de 1974, p. 1.

⁽⁷⁾ Publio, «Sobre Portugal», *Nuevo Diario*, 30 de Abril de 1974.

tugueses. *Cuadernos para el Dialogo* editou um número extra monográfico sobre Portugal, de 68 páginas, que incluía o programa do M.F.A. em português ⁽⁸⁾. A revista *Triunfo* publicou a 4 de Maio uma capa com as cores da bandeira portuguesa e com o título «Portugal, el futuro ha comenzado» ⁽⁹⁾, em que das suas 76 páginas 19 são de informação sobre Portugal e, no número seguinte, com uma capa impressa com o título «Libertad en Portugal», dedicou aos acontecimentos lusos 12 das 92 páginas ⁽¹⁰⁾.

Todo o mapa político espanhol estremeceu com a Revolução dos Cravos. O Governo discutiu a situação portuguesa em Conselho de Ministros do dia 26 ⁽¹¹⁾ e, no final, explica os acontecimentos portugueses como de ordem interna, tentando minimizar o facto. E afirma: «em virtude do espírito de comunidade histórica, pela natural e persistente amizade entre o povo português e o povo espanhol, desejamos que o processo de crise, que, segundo parece, chega agora ao seu auge, seja um firme passo em frente na construção da grande sociedade portuguesa, que todos os portugueses e todos os seus governos e sistemas políticos pretenderam com heróica vontade» ⁽¹²⁾. Esta atitude do governo espanhol exprime-se no reconhecimento da J.S.N. a 29 de Abril, sendo um dos primeiros países a fazê-lo.

A ala dura do franquismo mostra-se muito preocupada com os acontecimentos do país vizinho, e em relação a eles José A. Giron, ex-ministro, conselheiro do Reino e do Movimiento, presta declarações ao diário *Arriba*: «vivemos tempos difíceis, mas não seremos derrotados pela confusão. Uma confusão orquestrada e seguramente inspirada dentro e fora de Espanha... Nesta hora de graves responsabilidades por que o mundo passa e por que também passa a Espanha, queremos reafirmar os valores permanentes da nossa insubornável lealdade a Francisco Franco, Caudillo de Espanha» ⁽¹³⁾. No mesmo dia e numa manifestação falangista em Alcubierre (lugar onde se travou uma importante batalha na Guerra Civil), o Secretário Geral do Movimiento Nacional, Utrera Molina, declarou: «... se a abertura consiste em não vir a Alcubierre, em renunciar à dignidade do nosso

⁽⁸⁾ «Portugal, el fin de una dictadura», *Cuadernos para el Dialogo*, Extra n.º LXI, Junio de 1974, 68 pág.

⁽⁹⁾ *Triunfo*, n.º 605, 4 de Mayo de 1974.

⁽¹⁰⁾ *Triunfo*, n.º 606, 11 de Mayo de 1974.

⁽¹¹⁾ *La Vanguardia Española*, 27 de Abril de 1974.

⁽¹²⁾ *Arriba*, 26 de Abril de 1974.

⁽¹³⁾ *Arriba*, 28 de Abril de 1974.

passado, o de ontem e o mais imediato destes anos recentes, teremos que mudar o seu nome para o de relaxamento moral, abandono e traição» (14). Esta ofensiva dos ultras e o medo à menor mudança volta a repetir-se em dois artigos na revista *Fuerza Nueva*, um intitulado «¿Libertad en Portugal?» e outro «Seamos demócratas», onde se estabelecia uma comparação entre os dois países ibéricos. O primeiro deles diz, comentando as notícias que sobre Portugal aparecem no *Correo de Andalucía*: «a juventude do Sr. Director, tal como acontece em outros jornais, por ingenuidade política ou talvez por ignorância da história, ou quicá por mal dissimulada saudade por tempos felizmente pretéritos para Espanha, fez imprimir, em letras descomunais, no dia seguinte ao desmoronamento do regime salazarista em Portugal, o título 'Libertad en Portugal'. Não satisfeito com isso, no dia seguinte obsequiou os seus leitores com um lamentável editorial intitulado 'La lección de Portugal'. Pretende que nós, espanhóis, aprendamos a lição». No segundo artigo citado, fazia-se um ataque à abertura do governo Arias (15).

4. REFORMAR OU REPRIMIR?

Arias Navarro era partidário de uma democracia à «espanhola», reafirmando sempre o Movimiento como núcleo da actuação política, ainda que nos últimos meses da vida do ditador e nos primeiros da monarquia tivesse iniciado uma subtil manobra de mudança de fachada para poder continuar a representar a mesma obra de sempre. O governo Arias e o seu «espírito do 12 de Fevereiro» mostram-se cada vez mais contraditórios, ora tolerando críticas ora reprimindo-as. É sobretudo nesta segunda faceta que se mostra mais aplicado. A eclosão de Abril também afectará os próprios aparelhos disuasores do regime, como diz Carrillo: «Até na polícia política há uma desmoralização evidente. Desde a revolução em Portugal as torturas já são mais raras» (16).

Assim, por exemplo, enquanto proliferam actos públicos de informação sobre a realidade portuguesa, é de destacar o caso de uma mesa redonda com a participação de vários jornalistas

(14) *Diario Español*, 30 de Abril de 1974.

(15) «Libertad en Portugal» y «Seamos demócratas», *Fuerza Nueva*, n.º 383, 11 de Mayo de 1974.

(16) Carrilho, Santiago, *Amanha a España*. Publicações Europa-América (Estudos e documentos/99), 1975.

numa livraria de Madrid, que foi proibida por ordem do governo⁽¹⁷⁾; o mesmo se passa com os organizadores de outra mesa redonda com o título «Portugal, ayer y hoy», que se pretendia realizar no Clube de Amigos da Unesco⁽¹⁸⁾; de igual forma não se pôde realizar uma conferência/colóquio de Raul Rego na Associação de Imprensa Madrileña, por decisão da Junta Directiva da mesma, conferência que havia tido lugar um dia antes em Barcelona⁽¹⁹⁾. Uma das sessões que se chegou a realizar teve como tema a realidade de Moçambique, com a participação de dois missionários pertencentes ao Instituto Espanhol de Missionários Estrangeiros que trabalharam naquela colónia portuguesa. Luis Carandell, autor dessa notícia, expressa claramente o interesse dos espanhóis pela evolução do país vizinho: «... a luta dos jornalistas para obterem informações revelava o enorme interesse que despertou na opinião pública espanhola tudo o que se relacionasse com os acontecimentos em Portugal»⁽²⁰⁾.

A imprensa espanhola desta época, ao informar sobre Portugal, reflecte como num espelho o que desejaria para a sua pátria, nesse período de censura discriminatória. Esta preocupação manifesta-se nos artigos «Portugal: información y libertad» ou em «Portugal: Libertad con responsabilidad para la prensa»⁽²¹⁾, e também em «Portugal una ley de prensa innovadora»⁽²²⁾.

Este impacto do que se passou em Portugal levava todos os sectores espanhóis a analisar em profundidade os acontecimentos portugueses. Assim, para a ala intransigente da ditadura tudo se explica deste modo: «... a situação perigosa em que se encontra Portugal é a consequência directa da ausência de defesas do regime a que conduziu a abertura e o liberalismo do professor Caetano em quatro anos de governo; (...) o artífice da sua queda, o derrube dessa obra de paz realizada por Salazar, foi o próprio Caetano»⁽²³⁾. Esta visão apocalíptica do processo

(17) *Informaciones*, 31 de Mayo de 1974.

(18) *Informaciones*, 1 de Junio de 1974.

(19) Carandell, Luis, «Jornadas Portuguesas en España», *Triunfo*, n.º 633, 16 de Noviembre de 1974.

(20) *Idem*, «Conversaciones sobre Mozambique», *Triunfo*, n.º 611, 11 de Mayo de 1974.

(21) F. S., «Portugal: Libertad con reaponsabilidad para la prensa. Declaraciones de Raul Rego», *Cuadernos para el Dialogo*, Septiembre de 1974, pp. 35-36.

(22) «Portugal una ley de prensa innovadora», *Triunfo*, n.º 626, 28/Septiembre/74.

(23) «El mundo», *Fuerza Nueva*, n.º 383, 11 de Mayo de 1974.

de reformas contrasta com as opiniões da imprensa liberal desejosa de abertura. No editorial do jornal de Mallorca *Ultima Hora* apela-se à imperiosa necessidade de mudanças «desde logo ao observar como muitas vozes bastante conhecidas pela sua fidelidade ao regime manifestam a imperiosa necessidade de um maior realismo na estruturação do nosso futuro; (...) o imobilismo e as actividades sectárias só conduzem a situações limites; (...) o ocorrido em Portugal deve servir de exemplo, pelo que significa e pela maneira como esclarece a nossa realidade» ⁽²⁴⁾.

Esta necessidade de mudanças fica também clara no editorial de *Ya*: «Salazar foi uma grande figura, mas não são as grandes figuras que garantem o futuro, uma vez que morrem, mas sim as instituições, os sistemas e a abertura às exigências dos tempos» ⁽²⁵⁾.

A imprensa oficial mostra-se desde o início contrária ao processo democratizante português por medo de contágio, fazendo ressaltar especialmente os aspectos caóticos inerentes a todo o processo revolucionário. Esta campanha irá subindo de tom conforme se vai radicalizando o processo e culminará com o incêndio da Embaixada espanhola em Lisboa. Pode-se destacar na revista *Fuerza Nueva* um artigo intitulado «Portugal» que diz: «greves selvagens por todo o lado com fundo indubitavelmente político; vexames e perseguições aos que não gostam dos revolucionários; autênticos 'soviets' em jornais e diversas empresas, 'caça ao homem' em muitos lugares; libertação de terroristas sem pátria, transformando-os em heróis nacionais... O retorno da prostituição organizada e da homossexualidade com categoria de força revolucionária...» ⁽²⁶⁾.

Outras notícias alarmistas surgem num editorial de *Ya*: «... as influências que o anarquismo e o maoísmo têm nas massas portuguesas...» ⁽²⁷⁾.

Tiveram especial difusão nos meios de comunicação da época as declarações de Spínola ao diário hamburguês *Die Welt*, onde advertia os espanhóis de que deviam preparar-se para lutar contra o comunismo «organizando-se rapidamente porque dentro em breve pode já ser tarde» ⁽²⁸⁾. Para reforçar esta difusão desinformativa sobre a realidade portuguesa, vejamos um artigo intitulado «Cólera em Portugal», com o subtítulo «Ahora quie-

⁽²⁴⁾ *Ultima Hora*, 8 de Mayo de 1974.

⁽²⁵⁾ «Experiencia y lección», *Ya*, 30 de Abril de 1974.

⁽²⁶⁾ «Portugal», *Fuerza Nueva*, n.º 387, 7 de Junio de 1974.

⁽²⁷⁾ «Portugal amenazado por la anarquia», *Ya*, 1 de Junio de 1974.

⁽²⁸⁾ *ABC*, 1 de Octubre de 1974.

ren que se vaya el Nuncio» (Agora querem que se vá embora o Nuncio) ⁽²⁹⁾. Em primeiro lugar, conta que se registaram sete casos de cólera benigna em Tavira e seguidamente relata que os cristãos progressistas querem mandar embora de Portugal o Nuncio Apostólico, pedem a demissão do Vigário-geral das Forças Armadas e que os bispos portugueses admitem a possibilidade de se demitirem dos seus cargos. É claro que o título de cólera não se refere à doença.

A imprensa próxima da esquerda reage denunciando esta campanha. Assim, no artigo «Portugal visto desde España» lê-se: «... a chamada anarquia, as greves, as reclamações não atingem sequer os níveis de outros países da democracia ocidental, com sistemas e instrumentos estabelecidos há muitos anos, ou séculos mesmo... Descrever agora Portugal como um país em plena crise anárquica é algo que carece de motivação real... Deformar os acontecimentos, ocultar as acções, ampliar outras até extremos inverosímeis, desprezar dados, inventar outros, não só cria confusão sobre os factos reais, mas também sobre o momento político espanhol que finge tentar esclarecer...» ⁽³⁰⁾.

A mesma opinião encontra-se no artigo «Portugal o el color de su cristal», onde se confrontam as informações de dois jornais sobre o 25 de Abril, afirmando-se que o *Solidariedad Nacional* (órgão do Movimiento em Barcelona), ao dizer que o novo regime português carece de fervor nacional, mente sem vergonha, enquanto que o *La Vanguardia* diz o contrário. O autor do artigo coloca-se a seguinte questão: «... os meios de informação informam, claro, mas informam como?» ⁽³¹⁾.

Para sublinhar o clima de normalidade em Portugal a revista *Triunfo* escreve na capa uma frase da entrevista que fez a Vasco Gonçalves: «Não estamos vivendo na anarquia, sim na ordem» ⁽³²⁾.

5. REFORMAR PARA QUE ALGUMA COISA FIQUE

Esta confrontação acerca do enfoque dado às notícias sobre Portugal esconde uma questão mais profunda, a da natureza de ruptura ou de mera reforma na passagem da ditadura para um regime de liberdade. Como terá que ser feita essa transição?

⁽²⁹⁾ «Cólera en Portugal», *Diario Español*, 7 de Mayo de 1974.

⁽³⁰⁾ «Portugal visto desde España», *Triunfo*, n.º 610, 8 de Junio de 1974.

⁽³¹⁾ «Cartes obertes», *Oriflama*, n.º 143, Agosto de 1974.

⁽³²⁾ *Triunfo*, n.º 610, 8 de Junio de 1974.

O velho ditador está doente desde 1969, embora só em Julho de 1974 a sua doença se tenha tornado pública, ao ser internado num hospital.

A oposição à ditadura aglutina-se em torno da Junta Democrática inspirada pelo PCE, criada em Julho de 1974, e da Plataforma de Convergência Democrática organizada pelo PSOE em Setembro do mesmo ano. As duas organizações estabelecem programas separados de transição, se bem que no substancial toda a oposição peça o mesmo: um governo provisório que reconheça todos os direitos fundamentais e que conceda uma amnistia e consagre a autonomia de todos os povos da Espanha.

Nos últimos meses de 1974 surgem divergências no governo Arias. Entretanto, influenciados pela descolonização portuguesa, são dados os primeiros passos para conceder a autodeterminação da colónia espanhola do Sahara.

Por outro lado, o nível de audiência da oposição é cada vez maior e o descrédito do governo aumenta nos últimos dias de vida do ditador. A direita inteligente prepara a «Reforma», a esquerda pede a «Ruptura», o «bunker» pretende que nada mude. Estas atitudes reflectem-se na imprensa ao informar sobre a actualidade portuguesa. Assim, por exemplo, vemos no artigo «Caetano Solo» o ex-ministro franquista Silva Muñoz manifestar-se da seguinte forma: «acho que estamos a tempo de impedir que as nossas estruturas desapareçam no anonimato da sua depauperação. Penso que temos de renová-las mediante a incorporação de forças políticas organizadas que existem e que o país conhece, de responsabilizá-las pelo futuro institucional do regime, que nunca poderá ser incarnado por um «homem só» como o foi Caetano na Primavera que vivemos». Esta seria a postura dum franquista reformador para que tudo continuasse igual, na linha do «espírito do 12 de Fevereiro»⁽³³⁾.

A atitude do «bunker» manifesta-se num artigo assinado por Tolosa e que diz que «Caetano actuando por dentro como um liberal deu ocasião a uma situação de fraqueza, de entreguismo, de ineficácia administrativa, de indecisão no comando e na política colonial, que tornou possível a 'infiltração marxista' nos quadros jovens do Exército e dos movimentos maçónicos nas altas esferas do país». E, continua: «o que parece suicida é a atitude de certos grupos espanhóis que neste momento saúdam como sendo um 'caminho de salvação' a chegada ao

⁽³³⁾ Silva Muñoz, Federico, «Caetano Solo», *Ya*, 2 de Junio de 1974.

poder da 'democracia' portuguesa, envolta no marxismo-leninismo...»⁽³⁴⁾.

A revista *Cuadernos para el Dialogo*, num artigo intitulado «Sentido realista y proceso democratizador», faz referência à influência que tanto a Revolução dos Cravos como a derrocada da ditadura grega tiveram em Espanha, e sublinha «o sentido realista e o tacto na acção com que estão sendo apoiados ambos os processos democráticos, e não só apoiados, mas também impulsionados e quase impostos pelas forças mais progressistas, se se quiser, mais 'esquerdistas' de uma e de outra nação». Acaba o citado artigo com uma interrogação sobre o nosso futuro: «E Espanha?»⁽³⁵⁾.

6. A QUESTÃO MILITAR

No quadro político que vive a Espanha em 1974, e claramente por influência do 25 de Abril, perante a imobilidade da sociedade espanhola, os militares são chamados, claro que sempre de forma indirecta, a assumir um papel idêntico ao dos seus homólogos portugueses. Naquela altura era Chefe do Estado Maior do Exército o Tenente-General Díez Alegria, homem de perfil liberal, sobre quem se contam muitas anedotas, entre as quais a que o relaciona com a Revolução Portuguesa, em virtude de lhe terem enviado centenas de monóculos⁽³⁶⁾. Pouco tempo depois, em Junho de 1974 era demitido do seu cargo.

Mas a semente do movimento de Abril não passou despercebida aos sectores democráticos do Exército, pois em Agosto de 1974 foi criada a União Militar Democrática (UMD)⁽³⁷⁾. Este apelo aos militares será feito sempre de maneira subtil e tal pode ser verificado na própria imprensa espanhola. Assim, o artigo intitulado «Y al este España», analisa as similitudes dos dois países ibéricos, para dizer que tem especial interesse a atitude dos políticos e militares espanhóis perante a situação portuguesa e entre os vários nomes que cita destaca-se o «do

⁽³⁴⁾ Tolosa, Ramón, «Sobre Portugal», *Fuerza Nueva*, 25 de Mayo de 1974.

⁽³⁵⁾ «Sentido realista y proceso democratizador», *Cuadernos para el Dialogo*, Septiembre de 1974.

⁽³⁶⁾ Rodrigues, A. et alii, *O Movimento dos capitães e o 25 de Abril*, Moraes Ed., Lisboa, 1975, 3 Ed., p. 66.

⁽³⁷⁾ Fabre, J. y Huertas, J.M. «La UMD va neixer a Barcelona», *L'Avenç*, n.º 55, Diciembre del 1982, pp. 66-68.

Tenente-General Díez Alegria, também ele autor de livros», numa clara alusão a Spínola e ao seu papel ⁽³⁸⁾.

Também encontramos uma referência velada ao papel salvador dos militares na revista catalã *Oriflama*: «o Exército português, interpretando as autênticas aspirações do novo a quem serve, rompe com a sua própria história, filiando-se assim numa larga tradição de enraizamento popular que muitos exércitos têm hoje em todo o mundo...» ⁽³⁹⁾.

Numa capa da revista *Triunfo* encontramos o seguinte título: «Portugal: ejército y democracia», assinalando-se que estes dois conceitos não têm que se excluir forçosamente entre si, mas podem ser perfeitamente compatíveis ⁽⁴⁰⁾, como afirma E. Haro no artigo publicado naquela revista.

Este apelo aos militares por parte dos sectores democráticos não passa despercebido ao «bunker». Assim, encontramos na revista *Fuerza Nueva* a seguinte citação: «ressalta a alegria, apenas dissimulada, no interior dos mesmos órgãos que não há muitos meses clamavam contra a sublevação militar chilena, que pôs fim ao governo da Frente Popular de Allende. Aqueles que então se ergueram como escandalizados guardiães da legalidade, hoje desprezam-na com descaramento e não demonstram o mais pequeno escrúpulo em justificar a rebelião portuguesa, saudando com júbilo os seus protagonistas militares como genuínos salvadores da pátria» ⁽⁴¹⁾.

Os sectores conservadores espanhóis mantêm a convicção de que o exército não fará o mesmo que o português. Assim pode ler-se na *Vanguardia Española*: «ainda que as nossas forças armadas conhecessem horas de pesar, nunca abandonariam a sua mais firme disciplina. Nos dias que hoje vivemos não se verifica no exército espanhol nenhuma das circunstâncias que se verificaram em Portugal...» ⁽⁴²⁾.

O exército espanhol era constituído por uma grande massa de oficiais preocupados com a sua estabilidade profissional em termos políticos e económicos, mais conservadores que o resto da sociedade. Existiam ainda no seio do exército duas minorias, a

⁽³⁸⁾ Maximo, «Y al este España», *La Vanguardia*, 28 de Abril de 1974.

⁽³⁹⁾ «Que duri, nois», *Oriflama*, n.º 142, Junio de 1974, p. 1.

⁽⁴⁰⁾ Haro Tecglen, E., «Portugal: ejército y democracia», *Triunfo*, n.º 616, 20 de Julio de 1974.

⁽⁴¹⁾ Perlora, V., «La prensa y la rebelión portuguesa», *Fuerza Nueva*, n.º 383, 11 de Mayo de 1974.

⁽⁴²⁾ Aznar, M., «Del Duero al Douro y del Tejo al Tejo», *La Vanguardia Española*, 23 de Marzo de 1975.

democrática, encabeçada pela UMD e que enquadrava mais de 300 militares, maioritariamente capitães; e outra minoria integrante, um pouco mais numerosa que a democrática ⁽⁴³⁾. Pelo que uma saída à portuguesa «era inviável».

7. A LIÇÃO PORTUGUESA

A situação portuguesa e a possibilidade de repetição em Espanha de acontecimentos semelhantes preocupavam todos os países do Ocidente e especialmente os E.U.A., como se reflectiu na entrevista que manteve o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, Cortina Mauri, com o Secretário de Estado Americano, H. Kissinger, em Madrid, para tratar da situação em Portugal e da questão do Sahara ⁽⁴⁴⁾.

Esta preocupação com que não se produzisse uma ruptura violenta das instituições em Espanha, como ocorrera em Portugal, transparece de novo nas declarações de H. Kissinger ao *New York Times*, onde diz estar «preocupado com a situação europeia, dada a grande instabilidade existente em Portugal, Itália e Turquia», tanto mais que os vazios políticos favorecem o comunismo ⁽⁴⁵⁾.

Obtém-se, assim, a chave mestra da transição: tem que se verificar uma evolução da ditadura no sentido de garantir as liberdades sem desintegração do aparelho de estado autoritário. Arias Navarro não poderia ser de forma alguma o homem que realizaria a mudança, dado que era um franquista convicto. Será substituído por Suarez em 1976; pois nessa altura, como diz Martin Villa, um dos homens-chave da «Reforma», tratava-se de fazer uma mudança diferente do exemplo português ⁽⁴⁶⁾.

A lição de Portugal estava aprendida — não deixar criar nenhum vazio de poder, reformar o estado sem contudo derrubar o edifício. Este seria o «milagre espanhol» de modelo de transição, estabelecido na base de uma negociação entre a oposição democrática e os herdeiros da ditadura, negociação que não se verificara em Portugal.

⁽⁴³⁾ Gomariz, E., «Los militares en la transición», *Tiempo de Historia*, n.º 72, Noviembre de 1980, pp. 86-99.

⁽⁴⁴⁾ *Diario Español*, 10 de Octubre de 1974.

⁽⁴⁵⁾ *Diario Español*, 15 de Octubre de 1974.

⁽⁴⁶⁾ Martin Villa, Rodolfo: *Al servicio del Estado*. Ed. Planeta, Barcelona, 1984, p. 42.